

**O ESTUDO DOS NOMES
NO CONTEXTO DA BR BELÉM-BRASÍLIA:
ANÁLISE DAS FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS²⁷**

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@gmail.com

Lynara Raquel Cavalcante (UFT)

lylly.raquel@hotmail.com

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS
DO ESTUDO LINGUÍSTICO ETNOTOPONÍMICO**

O desenvolvimento linguístico e intelectual da humanidade e do indivíduo caminham juntos, sendo condição prévia para ambos a capacidade de abstração e categorização. E o aprendizado da língua é acompanhado, precisamente, da aquisição dessa capacidade.

O homem, como participante principal desse desenvolvimento, atua como personagem, produzindo, elaborando, expressando, fomentando a produção linguística cultural de um grupo, conscientemente ou não. Essa atividade linguístico-cultural “padronizada enseja a elaboração de “campos conceituais”, correlatos, ilustrativos dessa realidade objeto.” (Dick, 1990, p. 31).

Considerando a formação dos topônimos e observando que a Toponímia e Antroponímia são co-responsáveis pela preservação dos fatos culturais em determinado espaço-temporal, funcionando com retentoras da memória de um grupo, Dick (1999) afirma que essas duas disciplinas podem se inscrever no campo da terminologia e socioterminologia. A primeira como reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e a segunda como “disciplina descritiva que estuda o termo, sob a perspectiva linguística na interação social” (Faulstich, 1994, p. 1). Como base metodológica, recomendam-se procedimentos etnográficos que não diferem daqueles da observação do participante.

²⁷ Este estudo faz parte do Macroprojeto intitulado *A toponímia tocantinense no contexto da BR Belém-Brasília*, desenvolvido na Iniciação Científica da Universidade Federal do Tocantins, no período de 2007-2009.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

A ciência onomástica, por apresentar-se como o estudo dos nomes próprios, pode filiar-se aos procedimentos da terminologia. “Topônimos e antropônimos, a partir de uma nomenclatura técnico-científica, podem ser traduzidos e interpretados como termos ou unidades terminológicas.” (Dick, 1999)

Depois de caracterizado o topônimo como termo-onomástico, tornando-se sujeito às transformações morfosintáticas, comparadas a outras unidades lexicais, deve ser estudado etimológica e semanticamente nas diferentes situações comunicativas para a devida sistematização taxionômica.

Embora na língua o signo participe de uma natureza convencional, o mesmo não deve ser aplicado em Toponímia: ela é norteadada pela função onomástica ou identificadora de lugares e tem caráter motivacional: a) intencionalidade que anima o denominador; b) origem semântica da denominação. É preciso aqui explicitar esse duplo aspecto da motivação toponímica que transparece em dois momentos distintos. O denominador, valendo-se de suas intenções e observações de ordem subjetiva ou objetiva, elege um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico. Em segundo lugar, considera-se a própria origem semântica da denominação. O significado é revelado de modo transparente ou opaco.

Na atividade onomasiológica, Todorov (1983, p. 37-38) faz referência à atividade de nomeação de Colombo, durante o descobrimento da América. Em matéria de linguagem, Colombo faz menção aos nomes próprios e diz que, em certos aspectos, são os que mais se assemelham aos indícios naturais. A sua preocupação inicia-se pelo próprio antropônimo Colombo. Modificou a ortografia de seu nome várias vezes, tentou chamar-se Colón, recuperando um nome antigo, motivado pela vontade divina que o havia eleito para realizar o que seu nome e sobrenome significavam.

Na concepção de Sapir, explicar todo o traço da cultura humana, apenas pela ação do ambiente, parece ser ilusão. O ambiente é sempre consolidado ou mudado pelas forças sociais, e compreende fatores físicos e sociais. “O ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuarem sobre ele as forças sociais.” (Sapir, 1984, p. 46). Para ele, no caso dos léxicos especializados, não são de fato os aspectos da fauna, elementos topográficos, em si

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

mesmo, que a língua reflete, mas antes o interesse da nação nesses traços ambientais.

Dick (1990a) aponta que a estrutura do topônimo pode ser discutida sob aspectos intra e extra-linguísticos. Da relação do topônimo com o acidente geográfico, se estabelece uma interação íntima que compreende dois elementos básicos: elemento (termo) genérico e elemento (termo) específico. O primeiro é relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o segundo, o topônimo propriamente dito, particularizará a noção espacial, identificando-o e singularizando-o dentre outras semelhantes. Forma-se, então, um sintagma nominal justaposto ou aglutinado, conforme a natureza da língua em questão. Afirma ainda que, dentro dessa tessitura toponomástica de um território, o amálgama discursivo, pragmático e semântico que fomenta a nomeação de lugares de um espaço deve sofrer uma ordenação ou catalogação a partir não do doador, mas sim, do produto gerado.

Esta pesquisa tem caráter investigativo. Busca-se realizar um levantamento em forma de fichas lexicográfico-toponímicas, elaborada por Dick (2004), com as quais será possível identificar um quadro toponímico que analisará a etimologia, taxionomia toponímica, estrutura morfo-lexical, histórico do município e características culturais, bem como os fatores que influenciaram a criação dos 25 municípios que se localizam as margens da BR-153, rodovia Belém-Brasília.

BR BELÉM-BRASÍLIA E O ESTADO DO TOCANTINS

A Belém-Brasília é uma importante via de circulação por onde escoam parte das riquezas da Região Norte, com destaque para a agropecuária. Numa retrospectiva histórica, percebemos que essa rodovia está política e culturalmente relacionada a fatores que mudaram o contexto social do Centro-norte do Brasil.

Para os historiadores, a década de 50 é vista como uma fase importante do desenvolvimento da história do homem contemporâneo. Em decorrência da segunda Guerra Mundial, acentuaram-se as características da sociedade atual. Os avanços tecnológicos, baseados

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

nos novos conhecimentos científicos, permitiram a intensificação do ritmo de produção e a exploração do trabalho.

Nesse período, o Brasil vivia uma intensa movimentação política e social que refletia conflitos próprios de um país em processo de modernização. Nessa dinâmica, encontravam-se temas polarizadores tais como o anseio por desenvolvimento e a busca por uma identidade nacional. O Brasil encontrava-se em uma face de transição entre a economia agrícola e a economia industrial. Dentro desse contexto histórico, se estabeleceu, no país, uma política nacional de desenvolvimento regional. Essa política buscava a integração, que seria possível por meio da construção de rodovias com as quais se esperava viabilizar as novas relações comerciais entre o centro e a periferia do país.

A luz desse entendimento, a partir da política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, durante o período de 1956 a 1961, houve um impulso do desenvolvimento brasileiro rumo ao interior. Esse impulso levou novas perspectivas a regiões pouco habitadas no centro-norte. Esse governo construiu a nova capital brasileira, Brasília. A partir da sedimentação da Capital no coração do território nacional, surgiu a necessidade de construir rodovias que possibilitassem a interação entre Ela e os demais estados da federação.

Por essa política proposta, a expansão rodoviária foi vista como uma forma de integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país. No bojo desse entendimento, a rodovia Belém-Brasília foi consequência imediata. Além da interiorização da capital, houve outro aspecto que veio reforçar o avanço vislumbrado por Juscelino Kubitschek: planejamento para o desenvolvimento da região Amazônica. Planejava-se a construção, em ritmo mais lento, de outras rodovias como a que ligaria Brasília a Fortaleza e Brasília ao então Território do Acre.

A rodovia Belém-Brasília, ou BR-153, teve sua construção iniciada em 1962 e foi concluída em 1974. É a quarta maior rodovia do Brasil, ligando a cidade de Marabá (Pará) ao município de Aceguá (Rio Grande do Sul), totalizando 4355 quilômetros de extensão.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Segundo o historiador Aquino (1996), a construção da rodovia Belém-Brasília foi um acontecimento de grande importância histórica, não apenas para o antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, mas para o país como um todo. Os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que a estrada provocou devem ser considerados como decisivos para a região tocantinense dar seus primeiros passos rumo à modernidade. Esses impactos podem ser notados pelo surgimento de inúmeras cidades e pelo crescimento econômico e populacional de cidades já existentes, ao longo do seu traçado.

Dados levantados na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, de 1958, apontam que no antigo Norte de Goiás, hoje, Estado do Tocantins, havia registrado cerca de 22 municípios e 23 vilas. Segundo Andrade (2006), foram criados vários municípios com a implantação do estado do Tocantins, em outubro de 1989. Antes da divisão, contavam com 69 municípios, logo depois de se dividir, em 1989, esse número aumentou para 79. Desse total, todos os topônimos que recebiam o termo especificador “do Norte” e “de Goiás”, ao final do topônimo, que era referência dada à região do norte de Goiás, passaram a receber o termo especificador equivalente “Tocantins” como por exemplo: Paraíso do Norte = Paraíso do Tocantins. Na sequência dos impactos causados pela implantação dessa rodovia, pôde-se observar que a partir da criação do Estado do Tocantins, 1989, surgiram mais 19 municípios, perfazendo um total de 79. No ano de 2002, o estado cresceu para 139 municípios registrados pelo IBGE.

A BR 153 constitui para o Tocantins o meio de alcançar o desenvolvimento econômico. Ela viabiliza a circulação de produtos e mercadorias proporcionando a interação das Regiões Norte-Sul. Atualmente conta-se com 25 (vinte e cinco) municípios que margeiam essa rodovia, dentro do território tocantinense.

FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA

A ficha lexicográfico-toponímica serve como instrumento de pesquisa, presta-se a orientar o pesquisador ou o interessado dando a ele a possibilidade de estudar o topônimo, a partir da identificação do signo toponímico considerado a sua motivação formadora. Essa formação pode estar relacionada a características encontradas no pró-

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

prio espaço físico ou ainda relacionada a crenças, a impressões culturais, ou a sentimentos construídos ao longo do tempo pelo desenvolvimento do denominador.

Além dos dados linguísticos, uma ficha lexicográfico-toponímica possui dados históricos, geográficos, etimológicos, taxionômicos, vistos da perspectiva interior de um contexto social, em um dado momento. A relevância desses dados auxilia na criação da identidade local na comunidade fichada. Esse fato ocorre uma vez que ao se identificar os signos motivadores suas origens e sua evolução toponímica está se resgatando valores inseridos na base sociais.

O levantamento dos dados para montagem da ficha em questão estimula o saber-conhecer a história da própria comunidade, compreender a cosmovisão individual e coletiva que forma a identidade cultural e linguística de um povo. Nessa atividade é possível reconhecer cada morador como personagem principal da sua própria história. Com isso ele passa a remontar suas origens, valorizar seu modo de vida, sua crença, seus hábitos, seus costumes. A partir disso é possível construir continuamente sua identidade resgatando seu próprio mundo.

Abordagem metodológica

Nesta pesquisa, propomos realizar a descrição e a análise de 25 fichas lexicográfico-toponímicas de todos os municípios localizados às margens da rodovia BR 153. A seguir o quadro com o modelo de ficha lexicográfico-toponímica, desenvolvida pela Dick (2004).

Quadro I: Ficha lexicográfico-toponímica

Município:
Localização:
Topônimo:
AH: Taxionomia:
Etimologia:
Entrada lexical: Aliança
Estrutura morfológica:
Histórico:.....
Informações enciclopédicas:
Contexto:.....
Fonte:
Pesquisadora:
Revisora:

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Data da coleta:.....

Segundo Andrade (2006), os elementos que compõem a ficha lexicográfico-toponímica são característicos do estudo onomástico:

- **Localização / Município** – Este item remete à localização geográfica do município.
- **Topônimo** – Tem por objeto de estudo os nomes dos lugares de origem indígena do estado do Tocantins.
- **AH.** – Acidentes Humanos
- **Etimologia** – Trata da história ou origem das palavras e da explicação do significado de palavras por meio da análise dos elementos que as constituem. É o estudo da composição dos vocábulos e das regras de sua evolução histórica. Utilizamos, nesta ficha, os estudos etimológicos de Theodoro Sampaio e outros.
- **Taxionomia** – As taxes toponímicas permitem interpretar os nomes dos lugares com maior segurança do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural.
- **Entrada Lexical** – Elemento linguístico de base / entrada do topônimo.
- **Estrutura Morfológica** – Segundo sua formação, o topônimo por ser dividido em três categorias: elemento específico simples, elemento específico composto e elemento específico híbrido. Neste caso, apresenta-se uma descrição no plano morfológico do topônimo, caracterizando-o em unidades mínimas de significação: morfemas lexicais e gramaticais.
- **Histórico** – o IBGE de Palmas nos forneceu uma parte dos registros históricos dos municípios do estado, principalmente, dos municípios já existentes antes da criação do Tocantins.
- **Informações Enciclopédicas** – caracteriza-se por acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, pesquisa na internet.
- **Contexto** – compreende os elementos extralinguísticos comuns entre locutor e interlocutor na situação cultural e psicológica, as experiências e conhecimentos de cada um.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

- **Fonte** – serviram de subsídios para a análise dos dados os autores Theodoro Sampaio e Eugênio de Castro; os dicionários de Houssais, de Aurélio Buarque de Holanda e de Rosário Farani Mansur Guérios; as cartas topográficas localizadas no IBGE e no 22º Batalhão e o livro do autor César Halum, Municípios Tocantinenses suas origens e seus nomes.
- **Pesquisador(a)** –
- **Revisora** – Professor(a)-orientador(a) que auxilia na pesquisa.
- **Data da Coleta** – Período de coleta dos dados.

Resultado e discussão

O modelo de ficha lexicográfico-toponímica, elaborado pela coordenadora do ATB – Atlas Toponímico do Brasil, Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, serviu de referência metodológica para realização desse estudo. Foram elaboradas 25 (vinte e cinco) fichas, mas apresentaremos, como resultado da pesquisa, 2 (duas) fichas referentes aos municípios de Aliança do Tocantins e Guaraí.

Quadro 2

<p>Município: Aliança do Tocantins Localização: X Região Administrativa do Estado – Gurupi Topônimo: Aliança do Tocantins AH: Município Taxionomia: Animotopônimo ou nootopônimo Etimologia: <i>**Aliança</i> [Do fr. Alliance]. S.f.1. Ato ou efeito de aliar (-se). [sin.(p.us.): aliagem.]. 2. Ajuste, acordo, pacto. 3. União por casamento. 4. Anel simbólico de noivado ou de casamento. <i>* Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. <i>*Tim</i>, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti. Entrada lexical: Aliança Estrutura morfológica: Elemento específico híbrido <u>Aliança</u>– (morfema lexical de origem portuguesa) + <u>do</u> (conectivo – contração de + o = do) + <u>Tocantins</u> – (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + –<u>s</u> (morfema gramatical portugueses) Histórico: A partir de 1960, agricultores foram chegando e construindo suas moradias no local que hoje está localizado o município de Aliança, iniciando a povoação da região na época da construção da rodovia Belém-Brasília. Tietre Monteiro de Carvalho juntamente com sua família e outros agricultores foram os</p>
--

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

pioneiros do povoado, logo depois elevado à condição de distrito. Em 28 de janeiro de 1988, foi criado o município de Aliança do Norte, instalado em 1° de janeiro de 1989. Após a criação do Estado teve seu nome alterado para Aliança do Tocantins.

Informações enciclopédicas: O complemento “do Norte” foi adotado para diferenciar de Aliança, cidade do Estado de Pernambuco já existente na data de criação do município.

Contexto:

Fonte: HALUM. César. *Municípios Tocantinenses suas origens, seus nomes.* 2008

Pesquisador(a) – Lynara Raquel Cavalcante

Revisora – Dr^a Karylleila dos Santos Andrade

Data da Coleta – Outubro de 2008 a Julho de 2009.

Quadro 2

Município: Guaráí

Localização VI Região Administrativa do Estado

Topônimo: Guaráí

AH: Município

Taxonomia: Zootopônimo

Etimologia: * [c. *Guará-y*], o rio dos guarás, ou aves rubras. (Íbis); no rio das garças. Guará, s. A garça vermelha, a ave aquática (Íbis rubra).

Entrada Lexical: Guaráí

Estrutura morfológica: Elemento específico simples **Guaray** (morfema lexical de origem tupi). A perda do grafema “y” se deu em virtude da não existência de seu correspondente na língua portuguesa. Esse fato levou a sua substituição pela vogal tônica “i” originando o morfema lexical **Guaráí**.

Histórico: Com o advento da construção da Belém-Brasília, Pacifico Silva, proprietário da fazenda Guará, adquirida dos senhores Serafim Pereira da Silva e Joaquim Pereira da Costa, resolveu fundar um povoado no local de sua propriedade. Foi então que em 1959 surgiu o povoado Guará. A sede municipal, que até então era localizada no povoado de Tupirama, foi transferida para o povoado Guará, pela lei Estadual nº. 1.177 de 05 de novembro de 1968, passando a denominar-se Guaráí.

Informações enciclopédicas: A festa religiosa da idade é celebrada anualmente no dia 29 de junho em homenagem a São Pedro, padroeiro da paróquia. A cidade está localizada a 200 km de Palmas e a 1.500 km de Brasília.

Contexto: Conforme os arquivos do município, o nome Guaráí (Guará Pequeno) é origem Tupi-Guarani. O nome da fazenda Guará foi dado pela grande quantidade do animal na região.

Fonte: Prefeitura Municipal/ IBGE

Pesquisadora: Lynara Raquel Oliveira Cavalcante

Revisora: Dr. Karylleila dos Santos Andrade

Data da Coleta: Outubro de 2008 a Julho de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

Com este estudo, percebeu-se a importância do aprofundamento teórico-metodológico do campo da onomástica, como ênfase no estudo da etnotoponímia. O *corpus* trabalhado resultou em 25 (vinte e cinco) fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios que margeiam a BR 153 no estado do Tocantins. Para análise dos topônimos de origem indígena, optou-se pela literatura de Theodoro Sampaio para a análise etimológica. No levantamento de dados, mereceram destaque os nomes formados por substantivos de origem tupi unidos a morfemas gramaticais de origem portuguesa.

Os municípios que se formaram ao longo da BR absorveram diferenças culturais que misturaram hábitos e modos de vida de povos de várias procedências: nortistas, sulistas, indígenas. Essa mistura resultou em um novo cenário cultura, com particularidades que foram se desenvolvendo ao longo da trajetória que se traçou a partir da necessidade de convivência entre essas diferentes culturas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*. 2006, 210 p. Tese de doutoramento FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

AQUINO, Napoleão Araújo. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. *A (trans) formação histórica da Tocantins*. Goiânia/Palmas: UFG/Unitins, 2002.

———. *A construção da Belém-Brasília e a modernidade do Tocantins*. 1996, 212p. Dissertação de Mestrado. UFT, Goiânia, 1996.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Diretoria de Geodésia e Cartografia, Superintendência de Cartografia. Rio de Janeiro. 1970.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999a.

———. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações*, v.9, Recife, UFPE, 1999.

———. Rede de conhecimento e campo lexical: hidronimos e hidrotponimos na onomástica brasileira. **In:** ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. *As ciências do léxico*. v. IV.

———. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto A-TESP/ATB. **In:** ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. *As ciências do léxico*. v. II, 2004.

FAULSTICH, Enilde. Natureza epistemológica do lexema e do termo. **In:** *Anais do GEL*. v. 1. São Paulo, 1994.

FERREIRA, Aurélio. Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HALUM, César. *Municípios tocantinenses suas origens, seus nomes*. Goiânia: Kelps, 2008.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico: *dado populacional do estado do Tocantins*. Disponível no site <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso 24 de maio de 2005.

LEMON BARBOSA, A. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

LEVI CARDOSO, Armando. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

MOURA, Antonio de Paiva. *A família Moura e seus colaterais*. Belo Horizonte, 1999.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1ª e única ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

PALACÍN, S. J., Carlos; PISANESCHI, Nilo. *Santo nosso de cada dia, rogai por nós!*, São Paulo: Loyola, 1991.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: E. Nacional, 1987.

SAPIR, Edward. *El lenguaje*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SEPLAN. *Mapas e atlas*. Disponível em:

http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/index2.php?area=download&id_m=153.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. **In:** GIRALDIN, Odair. *A (trans) formação histórica da Tocantins*. Goiânia/Palmas: UFG/Unitins, 2002.

TOCANTINS. *Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial*. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico. Palmas: SEPLAN, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TOCANTINS. *Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial / Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente*. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico – DEZ. Palmas, SEP